

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DOUTORES JUÍZES DE DIREITO INTEGRANTES DA COMISSÃO GESTORA DO FUNJURIS**

Eu,  brasileiro(a), estado civil , inscrito no CPF sob o n. , profissão , fone: , e-mail , residente e domiciliado na(o) , bairro , Cidade e Estado , CEP: , venho respeitosamente perante Vossa Excelência requerer o parcelamento da dívida, no valor de R\$ , decorrente das custas finais do processo n. , que tramitou na , de acordo com a seguinte quantidade de parcelas:

- |                                    |                                    |                                    |
|------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 02 vezes; | <input type="checkbox"/> 03 vezes; | <input type="checkbox"/> 04 vezes; |
| <input type="checkbox"/> 05 vezes; | <input type="checkbox"/> 06 vezes; | <input type="checkbox"/> 07 vezes; |
| <input type="checkbox"/> 08 vezes; | <input type="checkbox"/> 09 vezes; | <input type="checkbox"/> 10 vezes. |

Declaro e justifico que o parcelamento ora pleiteado decorre das atuais particularidades da minha condição financeira, já que, de acordo com os documentos anexos, tenho uma renda mensal de R\$ .

Ademais, declaro estar ciente de que o presente pedido está sujeito à apreciação da Comissão Gestora e que, em caso de deferimento total ou parcial, sobre o valor originário da dívida incidirão **juros e atualização monetária (INPC + 1%) até o final do parcelamento, além de ser acrescido o valor referente à emissão do boleto bancário.**

Também declaro estar ciente de que, se deferido o pedido, eventual inadimplência impedirá a concessão de um novo parcelamento.

Ademais, autorizo **que as notificações/intimações referentes ao presente pedido sejam enviadas por aplicativo de mensagem eletrônica – WhatsApp ou similar –, cuja normatização de uso me foi informada.**

**Afirmo estar ciente da necessidade de, após o pagamento das guias, encaminhá-las com os respectivos comprovantes para o e-mail [daf.funjuris@tjal.jus.br](mailto:daf.funjuris@tjal.jus.br).**

Por fim, declaro que as informações ora apresentadas são verdadeiras, estando ciente de que, na forma do art. 299, do Código Penal, omitir a verdade ou inserir ou fazer inserir declaração falsa em documento público constitui crime, punível com pena de um a cinco anos de reclusão e multa.

Nesses termos,  
Peço e espero deferimento.

Maceió/AL,

- Documentos que devem instruir o pedido, sob pena de indeferimento: i) documentação pessoal; ii) certidão de débito; iii) comprovante de residência; e iv) comprovante de renda, carteira de trabalho ou, em caso de inexistência destes, declaração de próprio punho com considerações sobre a situação financeira do requerente.